

SEGURANÇA PÚBLICA

Motta banca votação de PL, mesmo sem consenso

Presidente da Câmara diz que parecer do projeto antifacção é "a resposta mais dura da história do Parlamento no enfrentamento do crime organizado", mas texto é alvo de críticas. Governistas reclamam de impactos à PF; oposição quer incluir tema do terrorismo

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou para hoje a votação em plenário do PL Antifacção, rebatizado de Marco Legal de Combate ao Crime Organizado. O texto, porém, ainda não tem consenso. Parlamentares governistas reclamam de trechos do parecer elaborado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP), que, segundo afirmam, enfraquecem o combate ao crime organizado. Já oposicionistas insistem em incluir no projeto a equiparação de traficantes a terroristas.

"Segurança pública exige firmeza, mas também garantias e eficiência institucional. Por isso, inseri na pauta de amanhã (terça-feira), e a Câmara dos Deputados vai votar, o Marco Legal de Combate ao Crime Organizado. É a resposta mais dura da história do Parlamento no enfrentamento do crime organizado", sustentou Motta nas redes sociais.

Ele enfatizou que "o projeto aumenta as penas para integrantes de facções e dificulta o retorno às ruas". Segundo ele, "também cria e integra os Bancos Nacional e Estaduais de Dados sobre as Organizações Criminosas".

Derrite foi escolhido por Motta para relatar o PL Antifacção, enviado pelo Executivo, mas governistas afirmam que o parlamentar tem distorcido o texto. Licenciado do cargo de secretário de Segurança Pública de São Paulo, o deputado já apresentou quatro versões de relatório, todas contestadas, seja por governistas, seja pela oposição. Existe a possibilidade de ele apresentar uma quinta versão do projeto hoje.

A Correio, Derrite reforçou que o parecer representa um marco histórico na legislação penal brasileira: "A expectativa é de que todos analisem o relatório de forma técnica, pois, se assim o fizerem, vão constatar que temos uma oportunidade única de aprovar a lei mais severa dos últimos 40 anos do Congresso Nacional, que punirá adequadamente os criminosos no Brasil. O crime organizado vive de comunicação e dinheiro — e o Marco Legal fecha essas duas torneiras", sustentou Derrite.

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), defendeu, porém, a troca de relator. Ele afirmou que a condução do parecer elaborado por Derrite provocou retrocessos e suspeitas sobre eventuais interesses na desidratação dos mecanismos de investigação e asfixia financeira do crime organizado.

Segundo Lindbergh, Motta poderia ter evitado a crise ao nomear

um relator "neutro" e disposto a trabalhar com a base do texto enviado pelo governo.

"Se o presidente Hugo Motta quisesse corrigir essa confusão toda, ele conversaria com o relator Derrite, explicaria as motivações e escolheria outro relator. Nem precisa ser nosso, há vários nomes do Centrão. Mas que partisse do texto do governo. Por que ele não coloca o PL Antifacção? Porque não quer reconhecer que foi enviado pelo Executivo", afirmou.

O líder ainda citou três pontos "inegociáveis" para a base de Lula: recompor o perdimento extraordinário de bens, restaurar os recursos da Polícia Federal e retomar, no texto, o tipo penal de facção criminosa. Ele frisou que o relatório atual desmonta instrumentos essenciais de combate ao crime organizado.

"O perdimento de bens foi desmontado. Parece uma tentativa de proteger alguém envolvido com organização criminosa", criticou. Ele reiterou que o corte de R\$ 360 milhões da PF segue no relatório mais recente. "Recompor o orçamento da PF é central", enfatizou.

Soberania

Sobre o destaque que tenta re inserir trechos relativos ao crime de terrorismo, Lindbergh ressaltou que o governo trabalhará para derrotá-lo, afirmando que bancos, fundos de investimento e instituições financeiras já alertaram sobre os riscos ao Brasil.

"Quando um país é classificado como terrorista, fundos internacionais não podem investir. Isso afeta a Bolsa e pode mexer até na classificação de risco. O ministro Haddad (da Fazenda) me falou isso. Não vamos aceitar aventuras", justificou.

Já o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que insistirá na apresentação do destaque que equipara traficantes e integrantes do crime organizado a terroristas. Ele refutou o risco de afastar investidores ou abrir brechas para interferência internacional. "O que afasta investimento é o crime organizado. Não existe esse risco de intervenção. O que há é insegurança provocada por criminosos", frisou.

Apesar de defender um debate mais prolongado, Sóstenes afirmou que a bancada do PL votará o texto. Segundo ele, o Executivo pressiona pela votação para evitar desgaste. "O governo está incomodado e sabemos o porquê. O governo é um fracasso na segurança pública. (...) Já que o governo tem medo do assunto e quer votar amanhã, não tem problema: votaremos a favor e apresentaremos o destaque."

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



O deputado Guilherme Derrite conversa com o presidente da Câmara, Hugo Motta: relator deve apresentar uma quinta versão do parecer



Segurança pública exige firmeza, mas também garantias e eficiência institucional.

A Câmara dos Deputados vai votar o Marco Legal de Combate ao Crime Organizado. É a resposta mais dura da história do Parlamento no enfrentamento do crime organizado"

Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara

Associações criticam texto

As vésperas da votação do PL Antifacção, na Câmara, a Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj) criticou a proposta. A nota, enviada ao Correio e assinada pelo presidente da entidade, Rossino de Castro Diniz, reprovou trecho do texto que prevê o endurecimento de penas e a ampliação de instrumentos de vigilância. Afirmou, ainda, que políticas centradas exclusivamente na repressão "têm falhado reiteradamente", e, em alguns casos, resultado em operações policiais mais violentas.

"A criminalidade nas favelas e periferias está intrinsecamente ligada à ausência do Estado em áreas como educação, saúde, emprego, moradia e cultura. Sem investimentos sólidos nessas áreas, qualquer medida repressiva será insuficiente e poderá servir como justificativa para operações policiais ainda mais violentas, como as que recentemente resultaram no Massacre dos Complexos da Penha e do Alemão", disse a entidade.

A Faferj ainda citou os conceitos de "organização criminosa ultraviolenta" e "domínio social estruturante",

incluídos no relatório do projeto. Para a entidade, falta clareza técnica nesses termos, e são preocupante pois, abrem "margem para interpretações amplas e arbitrárias, podendo criminalizar movimentos sociais, lideranças comunitárias e até mesmo a própria organização popular".

Como alternativa de combate ao crime organizado, a federação defende ações integradas, com investimentos massivos em educação em tempo integral, saúde pública de qualidade, geração de emprego e renda, urbanização das favelas e ampliação do acesso à cultura e ao lazer.

Para a entidade, fortalecer esses pilares é condição indispensável para reduzir vulnerabilidades e ampliar oportunidades, além da desmilitarização das polícias e o fim da chamada "guerra às drogas" como paradigma de segurança pública.

Por fim, a Faferj ressaltou que moradores das favelas devem ser incluídos na formulação das políticas de segurança, garantindo que as ações do poder público possam atender às necessidades reais das comunidades.

Castro

Ontem, o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, disse ter enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o material complementar solicitado sobre a megaoperação policial. A ação deixou 121 mortos e segue sob investigação da Corte no âmbito da ADPF 635, conhecida como "ADPF das Favelas". "Vão em forma digital (as informações), 100% do que o ministro relator solicitou foi respondido, inclusive os arquivos que ele precisava", declarou Castro.

Moraes havia determinado que o governo preservasse todas as imagens captadas pelas câmeras corporais de policiais civis e militares que participaram da Operação Contenção. O ministro também ordenou o envio da lista completa dos agentes envolvidos, além de cópias de todos os laudos necropsícos das vítimas. Ele cobrou, ainda, os relatórios de inteligência e documentos policiais que fundamentaram a deflagração da operação. (Wal Lima e Rafaela Gonçalves)

Diretor da PF na CPI do Crime Organizado

» ALÍCIA BERNARDES

A CPI do Crime Organizado iniciou, hoje, a fase de depoimentos, com a presença do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência Policial da corporação, Leandro Almada da Costa. Ambos atenderam a convite apresentado pelo relator da comissão, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que pretende colher informações estratégicas sobre a atuação das facções criminosas no país e o avanço de suas estruturas econômicas e territoriais.

Instalada em 4 de novembro e presidida pelo senador Fabiano

Contarato (PT-ES), a CPI é composta por 11 titulares e sete suplentes. O colegiado busca compreender o grau de infiltração das organizações criminosas nos estados, o funcionamento das redes de lavagem de dinheiro e o impacto dessas estruturas na segurança pública nacional. Vieira considera fundamental ouvir a cúpula da PF para consolidar um diagnóstico atualizado sobre o poder das facções, milícias e grupos de atuação transnacional que movimentam recursos bilionários.

Durante a sessão desta terça-feira, os senadores também devem questionar a atuação da PF no

apoio à Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, após a megaoperação realizada no fim de outubro, nos complexos do Alemão e da Penha, que resultou em 121 mortes.

A investigação a respeito da dinâmica dessa operação e o papel das forças federais na articulação com órgãos estaduais é vista como um dos pontos sensíveis da CPI, que tem enfrentado pressões políticas no debate sobre segurança pública.

Amanhã, o colegiado ouvirá o diretor de Inteligência Penal da Senapp, Antônio Glautier de Azevedo Morais, e o promotor de Justiça Lincoln Gakiya,

uma das principais referências no combate ao PCC.

Integrante do Gaeco, Gakiya investiga a facção desde o início dos anos 2000 e vive sob ameaça de morte há duas décadas. A participação dele é considerada essencial para esclarecer a expansão internacional do grupo e suas conexões com estruturas de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas.

A comissão terá 120 dias para apresentar um relatório sobre o funcionamento e a expansão das organizações criminosas, com propostas para aperfeiçoar a legislação e fortalecer mecanismos de investigação.



Andrei Rodrigues será ouvido na comissão instalada no Senado